

Fundación Centro de Estudios del Medio Oriente Contemporáneo-CEMOC
ANMO: África del Norte y Medio Oriente
Vol. 1, No. 1, Otoño 2011
Páginas 45-60

As Relações Brasil-Irã: dos antecedentes aos desdobramentos no século XXI

José Luiz Silva Preiss

Faculdade Anglo-Americano
Caxias do Sul (Rio Grande do Sul), Brasil
jlsp1965@gmail.com

Resumo

O presente artigo pretende apresentar o histórico das relações Brasil e Irã, desde os primeiros contatos durante o regime do Xá Reza Pahlevi, que primeiramente, buscavam estimular as relações culturais e comerciais. Entretanto, objetiva-se enfatizar que após a vitória da Revolução Islâmica, mostrar a preferência brasileira em apoiar o regime de Saddam Hussein durante a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), na qual o governo brasileiro vendeu armamentos convencionais ao Exército Iraquiano, além de oferecer condições para que o projeto nuclear iraquiano fosse incentivado com tecnologia brasileira. Posteriormente, com o retorno dos governos democráticos ao Brasil, ocorreu a aproximação brasileira com a República Islâmica do Irã e o aprimoramento de relações comerciais, tornando-se o País um exportador de vários produtos industrializados ao país do Oriente Médio, principalmente nos mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). O governo brasileiro, inclusive, ofereceu-se para atuar como mediador em um processo de negociação para solucionar questões sensíveis do projeto nuclear iraniano, contando, também, com a mediação turca e russa. Durante este processo, o governo brasileiro enfatizou o respeito aos acordos internacionais. Este posicionamento brasileiro estava inserido na busca para aumentar a presença brasileira nas relações Sul-Sul e incrementar o multilateralismo da política externa do País.

Palabras clave: Política Externa Brasileira - Brasil - Irã – Relações Sul-Sul

Abstract

This article aims to present the historical process of the Brazilian-Iranian relations, since the government of the Shah Reza Pahlevi. These first contacts were especially related to cultural and commercial areas. On the other hand, after the victory of the Islamic Revolution, in Iran, the Brazilian Government sold arms to Saddam Hussein's regime in the Iran-Iraq War (1980-1988) and offered Brazilian know-how to the Iraq's nuclear project. After the military regime, Brazilian democratic governments improved the commercial relations between Brazil and the Islamic Republic of Iran, especially during the government of the President Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). The Brazilian Government was accepted as mediator between Iran and the international community during the crisis relating to the Iranian nuclear project. The Turkish and Russian governments acted in this process, as well. The Brazilian position, during the negotiations, was in accordance with the international agreements signed by the Brazilian Government in the nuclear field. This article shows the relations between Brazil and Iran as the increasing of the Brazilian presence in the South-South debate and as a manner to strengthen the position of multilateralism in the Brazilian foreign policy.

Key words: Brazilian Foreign Policy – Brazil - Iran – South-South Relations

Recibido: 22/10/2010

Aceptado: 02/02/2011

Introdução

As relações brasileiro-iranianas passaram por alguns períodos distintos de seu estabelecimento no distante ano de 1903. Durante a Guerra Fria, os dois países mantiveram relações comerciais e culturais, que trouxeram apenas o reconhecimento mútuo. Por outro lado, o combate ao Irã e a sua Revolução Islâmica, que derrubou o poder monárquico iraniano, gerou os maiores reconhecimentos para a indústria bélica brasileira, como parte de um esforço internacional de apoiar Saddam Hussein contra o regime xiita, que poderia desestabilizar as petromonarquias aliadas do Ocidente na região. Após a queda do regime do dirigente iraquiano e reformas internas no cenário político brasileiro, houve uma acentuada queda nas relações Brasil e Oriente Médio. A partir de 2003, com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o País buscou restabelecer seus negócios na região, porém, desde então, não exclui nenhum parceiro comercial em potencial, deixando claro o seu pragmatismo e seu respeito aos tratados e aos organismos internacionais.

Antecedentes

As relações entre Brasil e o Irã datam de 1903, mas se mostraram que poderiam ser promissoras a partir de 1957, quando da assinatura do acordo cultural, que entraria em vigor em 28 de dezembro de 1962. Este acordo marcava também a elevação da legação brasileira, em Teerã, à condição de embaixada, em 1961. Em 1965, o monarca iraniano visitava o Brasil. O principal motivo deste primeiro contato era promover a presença brasileira no Irã e no Oriente Médio através de livros, filmes, intercâmbio de professores e intelectuais, além de peças teatrais. Isto se fazia necessário, porque o Brasil havia se inserido tardiamente na região. O País passou a tomar contato com a realidade do Oriente Médio, quando militares do Exército Brasileiro ajudaram a compor a UNEF, em 1956. Concretamente, o governo brasileiro percebia que deveria aumentar o comércio bilateral com os países da região, uma vez que entre 1956 e 1960, os números desta relação comercial apresentavam US\$ 53,7 milhões (1956), com um acréscimo de 1,8%, em 1960, elevando para US\$ 54,7 milhões apenas.¹ Posteriormente, novos documentos seriam assinados entre o governo brasileiro e os representantes do Xá Mohamed Reza Pahlevi. O principal foi o acordo que estabelecia a formação da comissão de cooperação econômica e técnica, em 1975.

¹ CALDAS, Ricardo Wahrendorf. *A Política Externa do Governo Kubitschek*. Brasília. Thesaurus. 1996. p.143.

Quando a indústria bélica brasileira encontrou-se em condições de exportar, vários países foram sondados para receber tais produtos. O Iraque apresentou-se como o comprador principal, uma vez que abastecia o Brasil com o petróleo necessário. Das relações brasileiro-iraquianas concretizou-se a ligação na área nuclear entre os dois países e o apoio brasileiro ao governo iraquiano durante o conflito com o Irã. Por outro lado, segundo Eugênio Vargas Garcia, o País havia se declarado neutro no início das hostilidades entre os dois países do Oriente Médio.² Apesar de ter declarado neutralidade na Guerra Irã-Iraque (1980-1988), várias armas fabricadas no País abasteceram as Forças Armadas Iraquianas na tentativa de conter as forças do Irã revolucionário, que naquele momento, conforme analistas internacionais, colocava em risco as monarquias árabes aliadas do ocidente com a sua revolução fundamentalista.

As relações brasileiro-iraquianas foram muito proveitosas para os dois países, uma vez que as armas produzidas no País eram compradas pelo Iraque imediatamente, além de gerar nas indústrias bélicas brasileiras a capacidade de pesquisa e desenvolvimento para a criação de novos armamentos.³ Vários produtos brasileiros foram exportados para o Iraque, o que dava ao País o petróleo que necessitava. Técnicos brasileiros também ajudavam a impulsionar o programa nuclear de Saddam Hussein.

O Brasil não ignorava que o Irã monárquico havia começado a desenvolver o projeto Eurodif, de enriquecimento nuclear, por outro lado o imã Khomeini decidiu paralisar o programa nuclear alegando que o país não tinha necessidade de tal capacidade. Houve uma mudança de pensamento na liderança do regime iraniano, que os especialistas se dividem em estabelecer o período correto. Alguns alegam que o ano foi o de 1989, embora haja uma corrente que estabeleceu o ano de 1992, como o retorno do Irã ao seu projeto nuclear.

Após oito anos de conflitos, o Brasil decidiu buscar a República Islâmica do Irã para assinar um memorando de entendimento para uma criação de uma comissão mista de nível ministerial, em 26/09/1988, assinado pelo presidente José Sarney. Não seria uma relação nova, pois na metade da década de 1980, o governo brasileiro passou a vender aviões Tucano EMB-312 para o Irã, enquanto também abastecia os arsenais iraquianos. Havia, em lugares distintos do território nacional brasileiro, o treinamento de pilotos iraquianos e iranianos.⁴

² GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro. Contraponto. 2005. p. 221

³ LOPES, Roberto. *Rede de Intrigas*. Rio de Janeiro. Record. 1994.

⁴ COOPER, Tom, BISHOP, Farzad, LUCCHESI, Cláudio. O Tucano no Irã. *Revista Asas: revista de cultura e história da aviação*. Brasília (DF), v.5, n.30, p.62-65, abril-maio 2006.

A Retomada das relações comerciais brasileiras com o Oriente Médio: Irã como principal parceiro na região no século XXI

Os governos do Brasil e do Irã estabeleceram condições para a assinatura de um memorando de entendimento entre os ministérios da agricultura dos dois países, em 19/02/1992. O presidente brasileiro, Fernando Collor de Mello, estabeleceu, no início de seu governo, que o País estaria voltado às relações com o Primeiro Mundo e aos organismos financeiros internacionais. Durante os anos posteriores ao conflito Irã-Iraque, o presidente Collor de Mello tornou-se um crítico feroz à participação de técnicos brasileiros ao esforço de guerra iraquiano. Por outro lado, procurou manter relações com um país que visivelmente ia de encontro às posições ocidentais no Oriente Médio, principalmente contra os aliados estadunidenses, especialmente Israel. Apesar da incongruência do presidente brasileiro, o País estabelecia uma forma de cooperação pacífica com o Irã, que assim como o Iraque, apresentava um quadro de extremas dificuldades financeiras. Desta forma, a produção de alimentos deveria ser privilegiada, sendo o Brasil o escolhido para o fornecimento de assessoria.

É interessante lembrar, que durante o conflito o Irã foi colocado na condição de agressor e submetido ao um embargo internacional de armamentos. Independentemente, do período cronológico no qual foi restabelecido o programa nuclear iraniano, deve-se lembrar que planejamento foi novamente desenvolvido por moderados que chegavam ao governo iraniano, primeiramente com Rafsanjani e, posteriormente, com Khatani.⁵ O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso saudou o presidente Khatani pela posição chave do Irã na política do Oriente Médio, tal declaração foi muito bem recebida pela imprensa iraniana.⁶

Deve-se analisar que este Irã vem buscando a inserção internacional na América Latina. Um país que pode ser visto como uma potência emergente, porém com problemas internos em busca de solução, como a oposição ao regime. Um país com 72 milhões de habitantes e que tem no petróleo e no gás a sua maior capacidade de exportação, que desde a chegada ao poder do regime teocrático faz um discurso nacionalista e contra os EUA (Estados Unidos da América). Tal manifestação no cenário internacional levou o país a ser colocado no “Eixo do Mal” pelo governo estadunidense. A posição dos EUA se fortaleceu na região a

⁵ CONESA, Pierre. Como pode a U.E. contribuir na busca de soluções para os problemas de segurança do Oriente Médio? In III Conferencia do Forte de Copacabana: segurança internacional um dialogo Europa-América do Sul. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, p.155-167. 2007

⁶ Brazilian FM praises Iran's key role in Persian Gulf Region. Tehran Times on line. Teerã. 23 junho 1999.

partir das invasões ao Afeganistão e ao Iraque, além de manter a importância das posições em Israel e Turquia. Houve, também, a chegada de conselheiros militares das Forças Especiais do Exército Estadunidense à Geórgia, o que reforçava ainda mais o poderio bélico do país da América do Norte no Oriente Médio e na Ásia Central.

A sua maneira, o Irã procura equilibrar as condições na região, estabelecendo parcerias no setor de exploração do gás, a partir da inauguração do gasoduto ligando o país ao Turcomenistão, em janeiro de 2010. Isto deve gerar a duplicação do comércio entre ambos os Estados. A China e o Turcomenistão já haviam, no ano anterior, feito a ligação entre eles também via gasoduto. Estes acordos de exploração de gás firmaram as relações entre China, Irã e Turcomenistão afastando, de certa forma, a Rússia do controle dos recursos regionais.

Este quadro deixa os EUA com uma ação limitada na região, segundo Samuel Feldberg, pois a Rússia auxilia o Irã na área nuclear e a China mostra-se dependente do petróleo iraniano, isto impede que o governo estadunidense aumente as sanções contra aquele país do Oriente Médio. Por outro lado, se as conversações entre EUA e Irã prosseguirem rumo à conciliação, o governo do estadunidense pode oferecer ao governo iraniano a participação no projeto Nabucco, que tem 3.000 quilômetros, levando o petróleo do Mar Cáspio à Áustria, através da Turquia, evitando, assim, o território russo. Além de diminuir a dependência da Europa Ocidental do insumo russo, reduziria a tensão dos EUA e seus aliados europeus, além de principiar a estabilidade do Oriente Médio.⁷

Recentemente, a imprensa ocidental noticiou a modernização das Forças Armadas Iranianas, na área de mísseis. A resposta israelense e estadunidense teria vindo na forma de ameaça de ataques ao território iraniano. A principal fonte de atrito seria a declaração de militares iranianos que estariam dispostos a oferecer baterias de mísseis para a defesa do território libanês, seguidamente invadido, no seu espaço aéreo ou por terra, pelas Forças de Defesa de Israel. A necessidade de negociação está presente por trás destas ameaças e retaliações, visto que o desenvolvimento da região depende única e exclusivamente da estabilidade política proporcionada por todos os atores internacionais que operam no Oriente Médio e na Ásia Central. A própria Rússia viu na situação uma forma de barganhar com Teerã, isto é apoio à compra de seus mísseis pelo país do Oriente Médio, enquanto ganha condições de estabelecer melhores condições de

⁷ FELDBERG, Samuel. Nova Realidade no Oriente Médio? Disponível em www.apropucsp.org.br>Home>Revista PUC Viva. Acesso em 08.06.2010.

receber petróleo iraniano, que pode ser trocado pelos incentivos russos de estabelecer a primeira usina nuclear em Bushiehr.

A situação interna iraniana, no tocante a sua economia, permitiu o investimento por parte de estrangeiros desde 2008, permitindo que estes pudessem comprar empresas estatais iranianas, com o intuito de atrair investimentos externos. Deve-se observar que privatizações já eram presenciadas no país desde a década de 1990. Apesar destes avanços na exploração e comercialização de recursos naturais e afirmação de alianças regionais, o Irã mostra a necessidade uma maior penetração de investidores ocidentais, pois mesmo contando com o apoio financeiro russo e chinês, o país não tem bancos ocidentais em seu território, o que afeta imensamente sua balança comercial.

Em função do nacionalismo iraniano, que se apresenta principalmente no seu projeto nuclear, as sanções feitas contra o país já são sentidas na economia, segundo os relatórios de 2007 e 2008 do FMI (Fundo Monetário Internacional), os prejuízos são visíveis. Isto poderia gerar a falta de investimentos estrangeiros no país, provocando pela instabilidade econômica e política decorrente da falta de crescimento. Por outro lado, as decisões de China e Rússia, que ajudou a impulsionar o programa nuclear iraniano, de se declararem favoráveis às sanções da ONU foram recebidas com surpresa no cenário internacional. A resposta iraniana veio com maior capacitação de seu sistema de mísseis, demonstrando que o país ainda se destaca pelo seu poder de dissuasão. Apesar dos votos da China e Rússia na ONU, estes países, além da Índia, tendem a se manter aliados ao Irã, juntamente com o Brasil, não apenas pela capacidade de produção de petróleo e gás iranianos, mas pela posição geopolítica, que é de extrema importância para a resolução dos impasses no Iraque e Afeganistão. Nos quais se vê como imprescindível a participação do governo iraniano nas negociações de paz.

É interessante lembrar que as relações brasileiras com o Sul não se apresentam como um fato novo para política externa brasileira. Desde 1961, a PEI (Política Externa Independente) passou a consagrar esta opção no seu estabelecimento. Durante os governos militares de 1969 a 1985 foram de suma importância para o Brasil as relações no âmbito Sul-Sul, principalmente no tocante ao Oriente Médio e África. O impulso a estas relações foi dado durante o mandato do presidente Emílio G. Médici com a importante participação de seu Chanceler Mário Gibson Barboza. Desta forma, a busca do País em aprimorá-las está em consonância com as suas tradições diplomáticas.⁸

⁸ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. 3ª edição ampliada. Editora da UNB, Brasília. 2008.

As relações brasileiras com os países árabes são bastante conhecidas, a afinidade ocorreu em função das migrações feitas pelos povos da região para o território brasileiro, majoritariamente, no período entre guerras. A tradição pacifista brasileira, além da não intervenção em assuntos internos de outros países e o próprio artigo constitucional que proíbe a guerra de conquista direta ou indiretamente são pontos que qualificam o Brasil a ter uma excelente penetração não apenas no Oriente Médio, mas em outras regiões.

A promoção do multilateralismo e a aceitação das decisões dos organismos internacional fazem com que o Brasil seja uma das nações respeitadas e escolhidas para desenvolver projetos no âmbito Sul-Sul com seus pares. O foco dado às atuais relações do Brasil na esfera Sul-Sul está direcionado para o IBAS (Índia, Brasil, África do Sul) e para o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), porém não se afasta, em nenhuma hipótese, a importância do Oriente Médio na agenda externa brasileira.

Apesar de um período de relações Brasil-Oriente Médio sem muitos progressos na década de 1990, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva buscou, nos seus primeiros anos de mandato, restabelecer a importância da região para a política externa brasileira, inclusive com a visita ao Oriente Médio, em 2003. Os contatos continuavam e o Chanceler Celso Amorim faria nova viagem, em 2007. Posteriormente, o Brasil buscou a organização de uma cúpula reunindo os países árabes e os Estados da América do Sul. Por outro lado, não se poderia deixar o Irã fora destas novas relações do século XXI.⁹ Desde 2008, após as visitas de representantes brasileiros à região, o Brasil elegeu o Oriente Médio como uma de suas principais prioridades na política externa, buscando nos países árabes a parceria comercial mais tradicional, porém o Irã era visto como um parceiro de extrema importância na região.

As ações foram intensificadas com a conclusão de acordo de livre comércio entre Mercosul e Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). As relações de neutralidade do Brasil, na região, mostraram bons resultados, porém Farrokh Faradji Chadan, vice-presidente da Câmara de Comércio Brasil-Irã, declarou que as relações bilaterais estão aquém das potencialidades. O mesmo dirigente declarou que o país do Oriente Médio tem o maior mercado consumidor da região com aproximadamente 70 milhões de pessoas, enquanto que os demais países da região apresentavam 30 milhões de consumidores. A Venezuela recebeu US\$ 6 milhões como investimento, o que fez com que o Brasil

⁹ KARMIRIAN, Sarkis. As Relações do Brasil com os países do Oriente Médio. In III Conferência do Forte Copacabana: segurança internacional um diálogo Europa-América do Sul. Rio de Janeiro. Fundação Konrad Adenauer. p. 169-179. 2007.

procurasse aumentar os investimentos daquele país do Oriente Médio em território nacional.¹⁰

A política externa do Governo Luiz Inácio Lula da Silva mostra-se como uma postura assertiva, mais enfática em torno da chamada defesa da soberania nacional e interesses nacionais em busca de alianças privilegiadas no Sul, conforme Paulo Roberto de Almeida.¹¹ Por outro lado, existem críticas oriundas de antigos membros do corpo diplomático brasileiro a respeito das relações com o Irã e de setores acadêmicos e intelectuais estrangeiros. Os primeiros dizem que a busca da vaga de permanente no Conselho de Segurança da ONU, com o apoio iraniano, é na verdade uma desvantagem para o Brasil, pois aqueles que têm desconfiança com o país do Oriente Médio, como europeus, estadunidenses, seus próprio vizinhos da região, australianos, canadenses, japoneses e outros, veriam esta aproximação do Brasil com Ahmadinejad com muitas reticências. As conseqüências não seriam apenas para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas para as pretensões do Brasil na futura mudança na Organização.¹²

Há também este tipo de crítica entre alguns intelectuais estrangeiros em publicações brasileiras. Os motivos para a contrariedade à política externa em relação ao Irã encontram-se nas questões de direitos humanos, democracia e no campo nuclear. No primeiro caso, as suspeitas sobre as eleições iranianas que deram a vitória para o segundo mandato de Ahmadinejad e as imposições de torturas físicas como penitência religiosa. Na esfera nuclear, as tentativas de provar que o programa nuclear iraniano desempenha fins pacíficos, quando o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva não permite que as Nações Unidas faça uma inspeção completa nas suas instalações nucleares, levantando suspeitas de outros atores internacionais, como os EUA, sobre as reais condições do programa nuclear brasileiro, especialmente no que diz respeito ao enriquecimento de urânio. O motivo que eleva estas suspeitas foi a recusa brasileira de endossar o mais recente protocolo do Tratado de Não Proliferação. Este tipo de programa poderia trazer para o País uma série de pressões, que, mais uma vez, colocaria em risco as aspirações brasileiras na reorganização da ONU.¹³

¹⁰ Desde 2003, o resultado do fluxo comercial com o Oriente Médio mostrou os seguintes dados, em milhões de dólares: 3,9 (2003), 5,3(2004), 6,0(2005), 8,2(2006) e 8,6(2007), segundo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.

¹¹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma Política Externa Engajada: a diplomacia do governo Lula. In Revista Brasileira de Política Internacional. Vol.47. Nº1 pp. 162-184. 2004

¹² SCHELP, Diogo. Diplomacia de palanque. Veja. São Paulo, ano 43, nº36, edição 2181, p.17-21. 8 set.2010. Entrevista com o ex-embaixador brasileiro nos EUA, Roberto Abdenur, publicada na seção “Páginas Amarelas”.

¹³ HAKIM, Peter. O Brasil em ascensão: os desafios e as escolhas de uma potência global emergente. Política Externa. São Paulo. Paz e Terra. Vol.19. Nº1 pp. 43-53 jun-jul-ago 2010.

Apesar das críticas contra a política externa brasileira no tocante ao Irã, o comércio com o Oriente Médio mostra-se extremamente importante para o Brasil, pois entre 2003 e 2005, o intercâmbio cresceu 47% , referente às exportações brasileiras. Somente o Líbano registrou um aumento de 102% na compra de produtos brasileiro, após a estabilização daquele país, que enfrentou 15 anos de guerra civil. O Irã estabelece-se como o segundo importador de produtos brasileiros, na região. Em 2005, o montante pago pelas mercadorias brasileiras era de US\$ 968 milhões. Desta forma, a agenda externa brasileira estabelecia o diálogo como pauta de extrema importância.

As posições do Irã e do Brasil são de extrema importância nas suas regiões. Sendo que, na América do Sul, a Argentina desempenha um papel relevante, que também é reconhecido pela república islâmica. O governo iraniano define como prioritária as relações com a América Latina, que poderiam servir de modelo para as relações no âmbito Sul-Sul. Desta forma, Brasília e Teerã estabeleceram, desde 2000, um mecanismo periódico de consultas bilaterais em alto nível, que se organizam alternadamente nas duas capitais, consolidando as relações entre os dois países em várias áreas.¹⁴ Para o Irã a afinidade com o Brasil apresenta uma série de pontos em comum com na agenda global de ambos os países. Há também a similaridade de posições independentes em tomadas de decisões, na esfera regional e internacional.

A mudança no governo iraniano, que estava nas mãos de um reformista, Khatami, passando para a tutela de um ultraconservador, Ahmadinejad, não alterou a perspectiva brasileira. Deve-se observar, que mesmo antes da eleição de Mahmoud Ahmadinejad assumir como presidente iraniano e sua reeleição em 2009, as relações do Brasil com aquele país já tinham mostrado um crescimento excelente. A Petrobras já havia recebido permissão para explorar petróleo no Irã, desde 2003. Em 2004, os dois países assinaram um memorando de entendimento prevendo a intensificação das comunicações e trocas comerciais. Não se trata de beneficiar o Irã de Ahmadinejad, mas se afirma a condição de política externa multilateral do Brasil, que tem buscado constantemente valorizar as posições do G-20.

A área econômica mostra capacidade de uma cooperação proveitosa de recursos naturais, enquanto que no campo social, ambos mostram um vasto caminho a ser explorado. A capacidade mediana dos dois países, em termos de desenvolvimento econômico, pode colocá-los em uma rota de complementaridade, que pode aumentar a cooperação bilateral. No Oriente Médio, o Irã é considerado como o maior parceiro comercial brasileiro,

¹⁴ Karmirian op. cit. p. 178

absorvendo 20% das exportações brasileiras para a região. Se forem levados em conta os dados do comércio entre os dois países em 2005 e, nos dois primeiros meses de 2006, que mostraram um lucro de US\$ 180 milhões, correspondendo a 26% das exportações brasileiras para o Oriente Médio, não há porque afastar os dois parceiros do caminho do intercâmbio comercial crescente.¹⁵ De acordo com o Ministério da Indústria e Comércio Exterior, o Brasil vem mostrando superávit desde 2002 até os dois primeiros dois meses de 2010.¹⁶

A pauta de exportações brasileiras para o Irã inclui alimentos, medicamentos, minérios e automóveis, em 2009, o fluxo de comércio foi de US\$ 2 milhões. É interessante notar, que 200 empresários iranianos acompanharam o presidente Mahamoud Ahmadinejad ao Brasil. As potencialidades comerciais do Irã, assim como aquelas de exploração de petróleo são bastante promissoras, fazendo com que o Brasil intensifique constantemente o estreitamento das relações comerciais. Por outro lado, a vinda do governante iraniano à América Latina atraiu a atenção de outros países da região para a potencialidade iraniana. O Irã se mostrou favorável a desenvolver projetos com o Brasil na área de energia e desenvolvimento científico. A imprensa iraniana, por sua vez, mostrou entusiasmo pela chegada de uma missão de 300 pessoas da comitiva brasileira à capital do país, em visita oficial, em maio de 2010. Os empresários brasileiros atuam na área petrolífera e gás, petroquímica, além dos setores maquinário industrial e equipamentos, biocombustíveis, agronegócio e alimentação, automotivo, construção, transporte, farmacêutico e turismo.¹⁷

No que diz respeito às questões do programa nuclear iraniano, o Brasil procurou valorizar em todos os momentos a solução multilateral sobre o tema, no âmbito da Agência Internacional de Energia Nuclear Atômica (AIEA), desta forma o País tem apoiado o trabalho da Agência na verificação do cumprimento das obrigações do Irã originárias dos seus acordos de salvaguardas (TNP). Por outro lado, a AIEA ainda não pode afirmar a capacidade exclusivamente pacífica do programa nuclear daquele país do Oriente Médio, desta forma o Brasil espera que o governo iraniano mantenha a cooperação transparente com a Agência. Estas ações brasileiras de mostrar o programa nuclear iraniano como pacífico também procura afastar as críticas internas e externas do próprio projeto nuclear brasileiro.

¹⁵ Karmirian op.cit. p.179

¹⁶ REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Irã. Brasília. Disponível em www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/oriente-medio/ira. Acesso em 08.06.2010.

¹⁷ Lula leads 300-strong trade team to Tehran. Tehran Times on line. Teerã. 16.maio.2010.

O Brasil, apesar de buscar a ação da AIEA, na questão do programa nuclear iraniano tem enfrentado sérias críticas no âmbito internacional. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi a Teerã, intermediando o acordo entre o presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, e o primeiro-ministro turco, Tayyq Erdogan. As bases deste acordo foram estabelecidas através da remessa de 1,2 mil quilos de urânio iraniano para a Turquia, que seria responsável pelo armazenamento do produto, enquanto a França e a Rússia enriqueceriam 20%, que seriam suficientes para fins pacíficos, porém este percentual não alcançaria a quantidade necessária para a utilização em projetos nucleares militares. Os temores sobre esta quantidade de urânio enriquecido são infundados, uma vez que para a produção da bomba atômica é necessário um grau de pureza de 90%.

A perspectiva brasileira após firmar mediar este acordo reside em desenvolver uma parceria maior com o Irã, que pode ser resumida desta forma pelo lado brasileiro: 1) aumentar das exportações; 2) credenciar-se como mediador em conflitos internacionais; 3) mostrar que pode agir em fontes distantes e complexas; 4) assinalar a incoerência da regulamentação nuclear. Por sua vez, o Irã teria como benesses: 1) equilibrar o comércio favorável ao Brasil; 2) mostrar que não está encurralado ou isolado do mundo; 3) adiar ou dificultar novas sanções da ONU; 4) apontar apoio para acesso democrático à energia nuclear. As exportações de produtos brasileiros para o Irã, em 2008, eram compostas de carnes, milho e açúcar, entre outros produtos, enquanto que aquele país do Oriente Médio exportava para o Brasil produtos químicos, frutas secas e tapetes.

O Brasil colocou-se em papel importante de mediação, uma vez que havia a possibilidade de um impasse que dificilmente mostraria uma solução em curto prazo. O governo iraniano alegava, que não receberia o urânio, no acordo sugerido pela AIEA, para o enriquecimento na França e na Rússia. Por sua vez, os governantes iranianos queriam fazer o processo no país. Deve-se também ressaltar a importância e liderança turca na resolução do contencioso, em 2009. No mesmo ano, o governo brasileiro recebeu três presidentes de países do Oriente Médio: Mahmoud Ahmadinejad, Mahmoud Abbas e Shimon Peres. As visitas, com um intervalo muito curto entre elas, mostraram a disponibilidade brasileira de diminuir as repercussões negativas causadas por possíveis encontros em separado, especialmente no que diz respeito aos representantes do Irã e de Israel.

Ao receber as visitas destes líderes do Oriente Médio, o País mostrou a capacidade brasileira de se colocar na condição de mediador dos conflitos que se desenvolvem naquela região. Por outro lado, o posicionamento do presidente iraniano de negar o Holocausto, o não reconhecimento do Estado de Israel e defesa do seu programa nuclear são temas que devem ser tratados e discutidos

pelos governantes e diplomatas iranianos para atenuar as críticas da comunidade internacional quando os representantes de Teerã os debatam em público. O governo brasileiro não tem a responsabilidade de fazer sugestões para solucionar ou corrigir o discurso iraniano. O Brasil deve estabelecer condições de mediação, como as observadas na questão do enriquecimento do urânio do Irã.

A conferência na ONU, em maio deste ano, para a revisão do TNP (Tratado de Não Proliferação Nuclear) mostrou como principal objetivo a discussão sobre o desenvolvimento de pesquisas nucleares, principalmente evitando que algum país venha a desenvolver capacidade de estabelecer programas nucleares com fins militares. O Brasil e mais 189 países enviaram suas delegações para deliberar sobre o tema. O Tratado tem a função de buscar a diminuição e, até mesmo, a eliminação dos arsenais nucleares das principais potências militares do planeta: China, Rússia, França, Grã-Bretanha e EUA, que mesmo optando pela redução, ainda manteriam o maior capacidade nuclear entre os seus pares. Estes cinco países, contraditoriamente ao que impunham ao Irã, não reduziram seus arsenais. Existem outros países que detêm armas nucleares que não se candidataram a reduzir seu potencial, como Índia, Paquistão, além das suspeitas sobre Israel, África do Sul e Coreia do Norte.

O Brasil não nega que tenha um programa nuclear em andamento e vem aceitando as inspeções da AEIA, que segundo as autoridades nacionais, tem desenvolvido investigações bastante minuciosas, que seguidamente aproximam-se da condição de ingerência. Em 2004, o País apresentou restrições às inspeções Agência, desta forma o governo brasileiro se solidariza com Irã, somente em função das imposições e não no que diz respeito às inspeções feitas. O Brasil, inclusive, responde à ABACC (Agência Brasil Argentina de Controle e Contabilidade de Armas Nucleares), desde 1991. As relações Brasil e Irã respondem também pela a similaridade nos programas nucleares, que são vistos, pela ótica brasileira, como projetos energéticos, uma vez que ambos demonstram utilização pacífica. Apesar desta posição brasileira, o País não está imune às críticas recebidas em âmbito internacional, uma vez que estreita suas relações com um Estado que aprimora o seu programa nuclear em uma região, onde existe a tensão permanente entre Israel e Irã.

No tocante as questões da ONU, o Brasil não se afastou de sua tradição de respeitar as decisões dos organismos internacionais. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, embora contrariado, assinou, neste ano, o decreto que aumenta as sanções contra o Irã, aceitando as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU). O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, esclareceu que as sanções não afetariam o País nas suas relações com o Irã. Por outro lado, o Brasil as aceitou por ser, segundo o Chanceler brasileiro, um respeitador das leis internacionais.

Por outro lado, deve-se lembrar que o Brasil, anteriormente, votou contra as sanções impostas ao país do Oriente Médio na Organização. O que o governo brasileiro decidiu foi manter-se fiel a sua condição de membro das Nações Unidas e respeitar as deliberações do CSONU, porém o Ministro das Relações Exteriores do Brasil não esconde a sua opinião sobre a questão, afirmando que acredita nas negociações de cunho multilateral e não nas sanções impostas aquele país do Oriente Médio. De acordo com o próprio Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil, o País não participa de projetos que não seguem normas internacionais. Esta foi a resposta ao presidente Hugo Chávez da Venezuela, que pleiteava uma possível unidade formada na área nuclear entre Brasil, Venezuela e Irã.¹⁸

O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva não nega que deva existir uma reformulação na ONU, para assegurar a construção de uma ordem política, econômica e mundial mais justa. Esta intenção visaria às mudanças para uma melhor utilização dos recursos naturais e que a capacidade nuclear não fosse usada como moeda de troca para o desenvolvimento econômico.

A questão dos direitos humanos tem gerado as maiores discussões nas relações Brasil e Irã. Os fatos envolvendo a cidadã iraniana, Sakineh Mahammadi Ashtiani, colocou Ministério das Relações Exteriores brasileiro em contato com o governo daquele país do Oriente Médio para estabelecer a perspectiva de trazê-la para território brasileiro na condição de exilada. Por outro lado, o governo iraniano alegou que pesa contra Sakineh a acusação de homicídio, além daquela de adultério. Apesar da tentativa do governo brasileiro e das entidades internacionais de direitos humanos, a condenação ao apedrejamento ou lapidação está mantida pela lei iraniana. Este tipo de condenação gera algumas críticas ao governo brasileiro por manter relações estreitas com um país que ainda aplique tais penas. Estas situações, que se fazem presentes nas relações brasileiro-iranianas, são segundo a expressão de Luiz A.P. Souto Maior, desafios de uma política externa assertiva.¹⁹

Conclusão

Apesar das diferenças existentes em alguns pontos das relações entre Brasil e Irã, que também ocorrem nas relações de todos os países, a continuidade na amizade entre os dois países será progressiva, caso haja uma continuidade do Partido dos

¹⁸ FARAH, Douglas. Iran in Latin America: an overview. In ARNSON, Cynthia; ESFANDIARI, Haleh; STUBITS, Adam. **Iran in Latin America: threat or axis of annoyance**. Woodrow Wilson International Center for Scholars-Latin American Program. Disponível em www.wilsoncenter.org/topics/pubs/Iran_LA_pdf. Acesso em 08.06.2010.

¹⁹ SOUTO MAIOR, Luiz A. Desafios de uma política externa assertiva. In **Revista Brasileira de Política Internacional**. V.46 Nº1 pp. 12-34. 2003.

Trabalhadores (PT) no governo brasileiro. Havendo a vitória do candidato da oposição, José Serra (PSDB) pode-se pensar em um retrocesso nas relações brasileiro-iranianas. O candidato à presidência pelo PSDB teceu várias críticas à visita do presidente Ahmadinejad ao Brasil, além de qualificar as relações entre o Irã e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de irônicas, em função da posição brasileira no caso da iraniana Sakineh. Deve-se lembrar, que durante o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o Chanceler brasileiro tecia elogios ao Irã. Deve-se se questionar: os elogios eram direcionados ao regime moderado ou à política externa iraniana ? O governo brasileiro não pode deixar de levar em conta, que as questões de direito humanos no Irã são extremamente sérias, porém os questionamentos sobre direitos humanos não são aceitos abertamente no País, independentemente do partido político que esteja na Presidência da República. Frequentemente, estes são vistos, inclusive, como forma de ingerência de qualquer país ou entidade estrangeira no Brasil. No tocante às questões comerciais, os indicadores apresentam números, já mencionados, que não podem ser desprezados, que tendem a crescer, com excelentes perspectivas de superávits constantes ao Brasil.

As trocas comerciais se mostraram muito boas para o Brasil, enquanto o país do Oriente Médio procura melhorar a sua posição comercial com o parceiro brasileiro. A posição do Brasil como mediador, assumida durante as negociações com a Turquia, também ajudam a posicionar o País como um ator importante nas relações de mediação no Oriente Médio. Isto gera, entre os países em desenvolvimento, uma voz que possa se levantar pela igualdade na formação de uma nova estrutura na ONU.

A política externa brasileira, desde os postulados do Barão do Rio Branco, mostra uma capacidade pragmática, buscando trazer benefícios ao País, por outro lado tem se pautado por ações tragam benesses para as partes envolvidas nos processos de negociação. Desta forma, as relações, com Irã independente do presidente que assuma governo do país, serão pautadas pelo principio estabelecido historicamente pela política externa brasileira. Certamente, o governo brasileiro não romperá relações com o Irã caso haja a vitória de um dos adversários partidários do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Poderá haver uma imposição de certos pontos a ser seguidos pela diplomacia brasileira ou a condenação mais incisiva a certos fatos ou práticas, mas não haverá uma retaliação que venha por em risco a excelente relação comercial brasileiro-iraniana, que tem gerado sucessivos superávits ao Brasil.

Bibliografia

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **In Revista Brasileira de Política Internacional**. V.47. Nº1 pp.162-184 2004.

CALDAS, Ricardo Wahendorf. **A Política Externa no Governo Kubitschek**. Thesaurus. Rio de Janeiro. 1996

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 3ªedição ampliada. Editora da UNB. Brasília. 2008.

CONESA, Pierre. Como pode a U.E. contribuir na busca de soluções para os problemas de segurança do Oriente Médio? **In III Conferencia do Forte de Copacabana: segurança internacional um dialogo Europa-América do Sul**. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, p.155-167. 2007

COOPER, Tom, BISHOP, Farzad, LUCCHESI, Cláudio. O Tucano no Irã. **Revista Asas: revista de cultura e história da aviação**. Brasília (DF), v.5, n.30, p.62-65, abril-maio 2006

FARAH, Douglas. Iran in Latin America: an overview. In ARNISON, Cynthia; ESFANDIARI, Haleh; STUBITS, Adam. **Iran in Latin America: threat or axis of annoyance**. Woodrow Wilson International Center for Scholars-Latin American Program. Disponível em www.wilsoncenter.org/topics/pubs/Iran_LA_pdf. Acesso em 08.06.2010

FELDBERG, Samuel. Nova Realidade no Oriente Médio? Disponível em [www.apropucsp.org.br>Home>Revista PUC Viva](http://www.apropucsp.org.br/Home/Revista_PUC_Viva). Acesso em 08.06.2010.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. Contraponto Editora. 2005.

HAKIM, Peter. O Brasil em ascensão: os desafios e as escolhas de uma potência global emergente. In **Política Externa**. Paz e Terra. São Paulo. Vol.19 Nº1 pp.43-53 jun.jul.agos. 2010.

KARMIRIAN, Sarkis. As Relações do Brasil com países do Oriente Médio. In **III Conferência do Forte Copacabana Segurança Internacional: um diálogo Europa-América do Sul**. Konrad Adenauer. Rio de Janeiro pp.169-179. 2007

LOPES, Roberto. **Rede de Intrigas**. Record. Rio de Janeiro. 1994.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Irã**. Brasília. Disponível em www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/oriente-medio/ira. Acesso em 08.06.2010.

SCHELP, Diogo. Diplomacia de palanque. **Veja**. São Paulo, ano 43, nº36, edição 2181, p.17-21. 8 set.2010.

SOUTO MAIOR, Luiz A. Desafios de uma política externa assertiva. In **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol.46 Nº1 pp.12-34 2003

Periódicos Iranianos

Brazilian FM praises Iran's key role in Persian Gulf Region. **Tehran Times on line**. Teerã. 23 junho 1999.

Lula leads 300-strong trade team to Tehran. **Tehran Times on line**. Teerã. 16.maio 2010.